

**PRELIMINARES DE UM ESTUDO LINGÜÍSTICO
E HISTÓRICO DA TOPONÍMIA BAIANA
O CASO DA REGIÃO ECONÔMICA OESTE (II)**

(Continuação do número anterior)

Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TOPONÍMIA MUNICIPAL
DA REGIÃO OESTE DA BAHIA**

Neste tópico, trataremos caso a caso da evolução histórica da toponímia municipal do Oeste da Bahia, partindo da justificativa do atual nome de cada município para o seu histórico. Em alguns casos, notas de rodapé trarão pequenos resumos da história do município, para situá-lo no contexto da formação territorial da região.

Angical – O município tem esse nome devido à existência de extensas matas de angico, circundadas de brejos e alagadiços. Inicialmente, em 1707, época de fundação de uma missão de franciscanos que catequizou os primeiros habitantes da região, os índios Arikobé, foi chamado Missão do Aricobé. Em 1821, com a elevação da capela da localidade à condição de freguesia dedicada à Santana, passou a chamar-se Santana do Sacramento do Angical, nome reduzido para o atual, em 1890.

Baianópolis: O atual nome desse município parece ser uma homenagem do legislador à própria população baiana, situação justificável numa região que historicamente já pertenceu a outros dois Estados e cuja posse pela Bahia sempre foi contestada por um deles (Pernambuco). No século XIX, a localidade era conhecida por Poço e quando passou a distrito de Barreiras, em 1954, teve o nome alterado para Tapiracanga (do Tupi *tapira*, “anta”, + *akanga*, “cabeça”; donde: “cabeça de anta”), assumindo o atual em 1961, quando de sua emancipação Baianópolis.

Quadro 4: Topônimos da Região Oeste da Bahia: categorização, procedência e processos de formação

categorias	FORMAS DE ORIGEM PORTUGUESA						TUPI-NISMOS	HIBRIDISMOS		
	formas simples	sufixação	justaposição	aglutinação	nome + adj	nome + SP	formas simples	aglutinação + SP	lusó-tupis: nome	lusó-europeus: justaposição
animotopônimos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
antropotopônimos	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1
corotopônimos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
etnotopônimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
fitotopônimos	-	2	-	-	-	-	1	-	1	1
geomorfotopônimos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
hagiotopônimos	-	-	1	1	-	2	-	-	1	1
hidrotopônimos	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-
zootopônimos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-

Barreiras: Segundo IBGE (1958:69), “o topônimo adveio dos grandes barrancos da margem direita do rio Grande, no porto de acesso ao lugar das primeiras penetrações”. Almeida (1999) completa a informação, dizendo: “aqui fica o porto, porque logo acima o rio Grande deixa de ser navegável, por atravessar lugares pedregosos, em que seu leito é tomado por corredeiras, com as pedras à flor d’água, a que os goianos chamavam ‘Porto das Barreiras’”. Quando de seu surgimento em 1870, o povoado que hoje é sedia o município chamava-se São João, por causa da capela dedicada ao santo. Em 1891, com a emancipação, teve o nome trocado para Barreiras, que permaneceu até 1961, quando uma Lei Estadual o substituiu por Governador Antônio Balbino; mas a insatisfação popular fez cair essa disposição legal, de forma que o município teve restaurado o nome anterior.

Canápolis: Seu atual nome (hibridismo: pt. cana + gr. *polis*, “cidade”) se deve ao fato de ser a cana-de-açúcar a maior fonte de riqueza do município. De seu surgimento no início do século XX até a emancipação, em 1962, chamou-se Ibiaguí (do Tupi *ibýá*, “escarpada” + *guy*, “sopé”; donde: “sopé da escarpada”, cf. Sampaio 1955). Com a emancipação, passou a chamar Canápolis.

Catolândia: O topônimo é uma homenagem a um pioneiro

do povoamento da localidade, o Sr. Agostinho José de Lima, apelidado Catão. Essa homenagem já constava no primeiro nome da localidade, Santana de Catão, atribuído em 1895 e reduzido para Catão, na década de 1940. Assumiu a nomenclatura atual em 1962, ano da emancipação.

Cocos⁷: Nome devido às abundantes plantações de coco da localidade que, desde o seu surgimento, já tinha esse nome.

Coribe⁸: De origem Tupi, (*kuri*, “barro vermelho” + *y*, “rio”, + *pe*, “em”; donde: “no rio do barro vermelho”), o topônimo é uma referência à característica do solo do leito do rio que corta a cidade. Na época de seu surgimento, no final século XIX, a localidade chamava-se Rio Alegre, mas teve o nome alterado para o atual por força do Decreto Estadual n.º. 141, de 31 de dezembro de 1946.

Correntina⁹: Recebe o nome de um dos rios que corta seu

⁷ Cocos surgiu devido a uma disputa política e territorial entre o Major Leônidas de Araújo Castro, de Santa Maria da Vitória, e o Coronel João Duque, de Carinhanha. Após um combate travado em Samambaia, os dois contendores fizeram um acordo dividindo entre si a área em lide: Rio Alegre (atual Coribe) ficou com Santa Maria da Vitória e Cocos permaneceu em Cariranha, do qual se emancipou em 14 de agosto de 1958.

⁸ A princípio chamava-se Rio Alegre e foi objeto de ferrenhas disputas entre Santa Maria da Vitória e Carinhanha (v. nota anterior), ao qual foi incorporado em 8 de agosto de 1931 pelo Decreto Estadual n.º. 7479, como Sub-Prefeitura, estatuto modificado pelo Decreto Estadual n.º. 8060, de 14 de maio de 1932, que o transformou em Distrito de Santa Maria da Vitória. Sua emancipação ocorreu em 14 de agosto de 1958.

⁹ A descoberta de minas de ouro nas margens do rio das Éguas (antigo rio Rico, atual Correntina) deu-se no início de 1700. Sabe-se que em 1791 o padre Anacleto Pereira dos Santos já minerava em território do atual município. Além dele, outros aventureiros percorriam os rios da região, na tentativa de penetrar nos atuais Estados de Goiás e Mato Grosso. Entre esses, deve-se destacar Francisco José Teixeira que, a partir de 1792, iniciou uma verdadeira corrida do ouro em direção ao rio das Éguas, criando o núcleo habitacional de que se originou a cidade. O crescente povoado recebeu o nome de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, sendo elevado a freguesia ou paróquia em 1806. Em 15 de maio de 1866 a Lei Provincial n.º. 973 criou o município, desmembrado do território de Cariranha. A instalação de sua sede e a posse de seu primeiro intendente (Sr. Severiano Antônio de Magalhães) se deram em 13 de maio de 1867. Em 8 de junho de 1880, a Resolução Provincial n.º. 1960 extinguiu o município, transferindo sua sede e território para o arraial de Porto de Santa Maria da Vitória. Devido à inconfidência dos habitantes, a Resolução Provincial n.º. 2558, de 14 de maio de 1886, revogou a anterior, restaurando o município. Porém, disputas políticas favoreceram novamente Santa Maria da Vitória, que o reincorporou a seu território por força da Resolução Provincial n.º. 2579, de 4 de maio de 1888. Finalmente, em 5 de maio de 1891, o Governador baiano José

território. Em 1866, chamava-se Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, nomenclatura que permaneceu até 1891, quando foi trocada para a atual.

Cotegipe¹⁰: É uma homenagem a João Maurício Wanderley, o célebre Barão de Cotegipe, latifundiário da região e Primeiro-ministro de D. Pedro II. Em meados do século XVII, chamava-se Arraial Velho, nome alterado para Campo Largo em 1698; em 1820, passou a Nossa Senhora de Santana do Campo Largo; em 1925, a Barão de Cotegipe, reduzido à condição atual em 1933.

Cristópolis¹¹: A religiosidade da população, devota do Meni-

Gonçalves da Silva assinou o Ato Estadual n°. 319, restaurando novamente o município e trocando-lhe o nome para Correntina, cuja sede recebeu os foros de cidade do Decreto-Lei n°. 10.724, de 30 de março de 1938. O município assumiu sua feição atual em função de Lei Estadual de 11 de fevereiro de 1954.

¹⁰ O núcleo original de Cotegipe foi o Arraial Velho, pertencente à fazenda de gado Sussuarana, adquirida como sesmária pelo Coronel José Lopes Coutinho do Bonfim ainda no século XVII. Em 2 de dezembro de 1698, D. João de Lencastre, 32° Governador-Geral do Brasil, reconhece a existência desse núcleo populacional, dando-lhe o nome de arraial do Campo Largo. Contudo, o sítio original teve de ser abandonado em decorrência de uma enchente, de forma que o povoado foi transferido para o Alto do Umbuzeiro, onde ergueram uma nova capela dedicada a Nossa Senhora de Santana do Campo Largo, onde se reinstalou a freguesia ou paróquia. O Alvará Régio de 3 de junho de 1820 criou o município de Campo Largo, desmembrando-o da Barra e elevando sua sede à categoria de Vila. Em 30 de junho de 1925, a Lei Estadual n°. 1772 elevou o distrito de Avaí do Brejo Grande à condição de sede do novo município de Barão de Cotegipe, a que Campo Largo passou a integrar, como segundo distrito, passando a chamar-se Taguá. Em 26 de junho de 1931, o Decreto Estadual n°. 7455 extinguiu o município de Barão de Cotegipe e em 8 de julho do mesmo ano o Decreto Estadual 7479 aneou o seu território a Angical. Em 31 de maio de 1933, o Decreto Estadual n°. 8452 restaurou o município, instalando sua sede no distrito de Jupaguá e simplificando-lhe o nome para Cotegipe. Sua reinstalação ocorreu em 1° de julho do mesmo ano e em 30 de março de 1938, o Decreto Estadual n°. 10.724, transferiu-lhe a sede novamente para o distrito de Cotegipe, dando-lhe foros de cidade. O município assumiu suas feições atuais por força de Lei Estadual de 11 de fevereiro de 1954.

¹¹ Antigamente, onde hoje se localiza a sede do município, estava a grande fazenda do Sr. Antônio José Antunes Aurora, propriedade abundante em burutizais, de forma que a povoação ali formada chamou-se inicialmente Buritizinho. Em 1920, por iniciativa do fazendeiro, foi construída uma capela dedicada ao Menino Deus. Próximo dali, surgiu um outro povoado, denominada Cantinho. No fim da década de 1950, o desenvolvimento dessas duas localidades e também da de Mata do Cedro gerou nos moradores o desejo de emancipação, prontamente apoiado por autoridades da região. Assim, em 19 de julho de 1962, uma Lei Estadual instituiu no povoado de Buritizinho o distrito de Cristópolis, sede do município do mesmo nome, que foi instalado em 25 de julho do mesmo ano.

no Deus desde o surgimento da localidade, levou o padre Francisco Valdemar Antunes, filho da terra, a sugerir a denominação Cristópolis ao município, quando de sua emancipação em 1962. Quando de seu surgimento no início do século XX, chamava-se Buritizinho.

Formosa do Rio Preto¹²: O topônimo faz uma referências ao nome da fazenda que originou a localidade (Várzea Formosa) e outra, ao rio que a cruza. Inicialmente, seu nome era Itajuí (do Tupi *itayu*, “ouro” + *y*, “rio”; donde: “rio do ouro”); foi alterado para Várzea Formosa em 1804 e para o atual em 1954.

Jaborandi: O nome do município é uma referência a diversas plantas das famílias das piperáceas e das ritáceas, próprias da região. Desde seu surgimento, a localidade tem o mesmo nome.

Luís Eduardo Magalhães¹³: Seu nome é uma homenagem ao

¹² Entre 1706 e 1707, uma missão de jesuítas chegou à localidade de Itajuí com o intuito de evangelizar os índios da região e ali criaram uma capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, posteriormente transformada em freguesia de Nossa Senhora de Santana do Campo Largo. Ainda no século XVIII, o fidalgo degredado português João Amado Viana fixou-se no local, fundando a fazenda Canabrava, que posteriormente passou a pertencer ao Coronel Francisco Ângelo, genro de D. Maria Ana de Almeida Rocha, proprietária da fazenda Várzea Formosa. Em 1804, a capela de Santa Rita tornou-se freguesia e a Fazenda Várzea Formosa passou a integrar sua jurisdição. Em 1840, Formosa passou a integrar o novo município de Santa Rita, na condição de distrito. Em 1900, o senador piauiense Joaquim Nogueira Paranaguá apresentou e aprovou um pedido de direito à navegabilidade do rio Preto. Em 1905, o governador baiano José Marcelino, um entusiasta da navegação fluvial, tomou parte da viagem inaugural do vapor Presidente Dantas, que subiu o rio Preto, passando por Santa Rita e Formosa, atingindo São Marcelo, já em território piauiense. A partir daí, a navegação a vapor passou a favorecer o desenvolvimento dessa região. Nos anos 50, sob a liderança do vereador Jorge Fidelis e do advogado Djalma Bessa teve início a luta pela emancipação do município, ocorrida com a publicação da Lei Estadual 1590, de 21 de dezembro de 1961. Sua instalação, já com o nome atual, ocorreu apenas 5 dias depois.

¹³ No final da década de 1950, o então Presidente Juscelino Kubitschek ordenou a construção da Rodovia BR 020, a Brasília-Fortaleza, asfaltada a partir de 1972 pelo 4º Batalhão de Engenharia e Construção. No final desse decênio, às margens dessa estrada, a 90 Km da sede de Barreiras, foi inaugurado um posto de gasolina chamado Mimoso, em redor do qual surgiu um loteamento urbano, o Mimoso do Oeste. A partir de 1980, atraídos pela disponibilidade de terras com excelente topografia e condições excepcionalmente favoráveis à agricultura mecanizada e irrigada, inúmeras famílias de agricultores sulistas migraram para a região, o que favoreceu o crescimento da localidade, logo transformada em um florescente povoado da cidade de Barreiras. Em 3 de dezembro de 1997, a Lei Municipal n° 395 criou o Distrito de Mimoso do Oeste, cujo nome foi alterado pela Lei municipal n° 422, de 9 de dezembro de 1998 para Luís Eduardo Magalhães, que, por força da Lei Estadual n°. 7620, de 30 de março de 2000, se

falecido Deputado baiano e ao seu pai, o líder político Antônio Carlos Magalhães. De seu surgimento no final da década de 1970 até 1998, chamou-se Mimoso do Oeste; a partir dessa data, teve o nome alterado para o atual.

Mansidão¹⁴: Segundo Almeida (1999), Mansidão era “um boi de carro, muito manso”, homenageado quando da aposição de nome ao município. Desde seu surgimento, a localidade tem o mesmo nome.

Riachão das Neves: O nome é uma referência a um curso d'água que corta a cidade. Antes de sua emancipação, chamava-se Riacho das Neves.

Santa Maria da Vitória¹⁵: O nome é uma homenagem à padroeira da capela que originou a cidade. Surgiu em 1880 com o nome de Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente, reduzido para Santa Maria em 1909, levado à condição atual em 1944.

Santana¹⁶: O nome homenageia a padroeira da capela que

emancipou.

¹⁴ Segundo a tradição oral corrente, o primeiro núcleo humano do município teria surgido com a chegada de negros sobreviventes do massacre de Palmares, que se refugiaram em território então pertencente a Santa Rita de Cássia fronteiro com o Piauí. Sabe-se ao certo que foi criado por Lei Estadual de 25 de fevereiro de 1985. Sua curtíssima história está sempre associada à agricultura de subsistência e à pecuária bovina.

¹⁵ No início do século XIX, a procura de ouro nas terras do rio Corrente fez surgir um arraial à margem esquerda, num ponto que se tornou movimentado porto. Em 1850, a chegada de um construtor de barcos vindo da Barra atraiu muita gente interessada em navegação fluvial para a localidade, que cresceu a ponto de inaugurar uma capela dedicada a Nossa Senhora da Vitória, elevada à condição de freguesia em 8 de junho de 1880 pela Lei n.º. 1960, que também extinguiu o município de Rio das Éguas, transferindo sua sede para a nova freguesia, transformada em município com o nome de Santa Maria da Vitória. Devido a uma longa disputa política já relatada no histórico do município de Correntina, Santa Maria da Vitória presenciou uma sucessão de extinções e restaurações, a última das quais ocorreu em 4 de maio de 1888, por força da Lei Provincial n.º. 2579. Em 26 de junho de 1909, a Lei Estadual n.º. 737 a sede do município ganhou foros de cidade. Em 14 de maio de 1932, o Decreto Estadual n.º. 8060 anexou-lhe ao território a sub-prefeitura de Rio Alegre (até então pertencente a Carinhanha), como distrito. Finalmente, em 31 de dezembro de 1943, por força do Decreto Estadual n.º. 141, o município perdeu parte do distrito de Inhaúmas, anexada a Correntina.

¹⁶ No início do século XVII, fugindo dos colonizadores de Angical, os índios Tupinikim fixaram-se em território pertencente ao Conde da Torre onde atualmente se localiza o município de

originou a cidade. Surgiu em 1890 com o nome de Santana dos Brejos, reduzido para o atual em 1940.

Santa Rita de Cássia¹⁷: O nome é uma homenagem à padroeira da capela que originou a cidade. Surgiu em 1840 com o nome de Santa Rita, alterado para Santa Rita do Rio Preto em 1911; daí para Rio Preto em 1931; deste para Ibipectuba (do Tupi *iby*, “banco de areia”, + *pe*, “em”, + *tyba*, “sufixo coletivo”); donde: “no banco de areia abundante”), em 1943; e, finalmente, num retorno às origens, assumiu a nomenclatura atual em 1954.

São Desidério: O topônimo homenageia Desidério José de Souza, pioneiro da região. Desde seu surgimento em 1858, a localidade tem o mesmo nome.

Santana. Em 1760, o Sargento-mor Antônio da Costa Xavier foi enviado para região para fiscalizar os rendeiros que trabalhavam nas terras do nobre, terminando por implantar também uma produtiva fazenda de cana-de-açúcar e pecuária bovina, em cuja administração foi sucedido pelo primogênito, Raimundo da Costa Xavier. Em torno da fazenda, desenvolveu-se um arraial pertencente ao distrito de São Gonçalo, município de Rio das Éguas (atual Correntina). Em homenagem à padroeira da capela erguida pelos fundadores, a povoação ganhou o nome de Santana dos Brejos. Em 2 de maio de 1868, a Lei Provincial n.º 1018 elevou a capela a freguesia. A rivalidade entre Santa Maria da Vitória e Rio das Éguas fez a jurisdição do povoado oscilar ao longo do século XIX, até que em 26 de agosto de 1890, um ato estadual criou o município de Santana dos Brejos, desmembrando-o de Santa Maria da Vitória e dando a sua sede os foros de vila. Em 16 de dezembro do mesmo ano, deu-se a sua instalação; em 25 de abril de 1901, a Lei Estadual n.º 410 deu foros de cidade à sua sede. Lei Estadual de 17 de fevereiro de 1954 mudou seu nome para o atual.

¹⁷ Em 1640, um casal de portugueses chegou ao local onde hoje está a sede do município e ergueram uma cabana com uma pequena capela em honra a Santa Rita de Cássia. O casal desapareceu, talvez atacados pelos índios Gueren, antigos habitantes da região, mas a imagem foi preservada e descoberta por José Pereira de Matos, pioneiro que estabeleceu a fazenda Ribeira do Rio Preto, depois Santa Rita. Em 1647, o índio Francisco Rodelas foi nomeado Capitão e se estabeleceu na localidade, para o qual começaram a convergir outros fazendeiros e povoadores, como os Capitães Ângelo Custódio da Rocha Medrado e João de Araújo Costa e o Visconde Garcia d'Ávila. O povoado foi oficialmente reconhecido por Carta Régia assinada em 2 de dezembro de 1698 e dirigida ao 32º Governador Geral da Bahia, D. João de Lancastre. Em 1804, a capela de Santa Rita de Cássia foi elevada a freguesia. Em 26 de março do mesmo ano, a Lei Provincial n.º 119 criou desmembrou do território de Barra do Rio Grande o município de Santa Rita, elevando sua sede à condição de vila. Conforme já relatado no histórico de Formosa do Rio Preto (v.), no início do século XX, a introdução da navegação a vapor ao longo do rio Preto favoreceu o desenvolvimento dos municípios banhados por esse curso d'água, inclusive Santa Rita.

São Félix do Coribe: É estranha a nomenclatura desse município, que não tem por padroeiro São Félix (mas São Francisco de Assis), nem teve, ao longo de sua constituição histórica, nenhuma figura relevante de mesmo nome. Chamou-se Coribe até 1989, quando, com sua emancipação, assumiu o nome atual.

Serra Dourada: Desde seu surgimento, a localidade tem o mesmo nome, que repete o da fazenda que a originou.

Tabocas do Brejo Velho: Esse curioso topônimo faz referência à existência de uma graminácea nativa conhecida por taboca (do Tupi *ta'ûoka*) nas margens de terrenos alagadiços próprios da região. Inicialmente chamado Mariquita, teve o nome alterado para o atual em 1962.

Wanderley: É uma outra homenagem a João Maurício Wanderley, o célebre Barão de Cotegipe, latifundiário da região e Primeiro-ministro de D. Pedro II. Quando de seu surgimento no século XVIII, chamava-se Canabrava, mas teve seu nome alterado para Vanderlei no final do século XIX e permanece até hoje, só que com a grafia ligeiramente alterada.

Como se pôde observar nas páginas anteriores, dos atuais municípios do Oeste baiano, apenas cinco conservam sua nomenclatura original: Cocos, Jaborandi, Mansidão, São Desidério e Serra Dourada. Nos demais, houve sempre modificações. Entre os principais processos de mudança na toponímia da região, pode-se citar:

- a) redução do nome original: Santana dos Brejos > Santana;
- b) redução do nome original seguida de ampliação: Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente > Santa Maria > Santa Maria da Vitória;
- c) a) redução do nome original seguida de recategorização: Santana do Catão > Catão > Catolândia;
- d) ampliação do nome original e recategorização: Coribe > São Félix do Coribe;
- e) ampliação do nome original seguida de recategorização, seguida de redução, seguida de recategorização, seguida de retorno à categoria original: Santa Rita > Santa Rita do Rio Preto > Rio Preto

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

> Ibipectuba > Santa Rita de Cássia;

f) recategorização seguida de redução: Missão do Aricobé > Santana do Sacramento do Angical > Angical;

g) recategorização (uma ou sucessivas): Poço > Tapiracanga > Baianópolis; Ibiaguí > Canápolis; Buritizinho > Cristópolis; Mimoso do Oeste > Luís Eduardo Magalhães; Canabrava > [v]landerley; Mariquita > Tabocas do Brejo Velho; Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas > Correntina;

h) recategorização (uma ou sucessivas), com retorno a uma nomenclatura anterior: São João > Barreiras > Governador Antônio Balbino > Barreiras;

i) recategorização (uma ou sucessivas), seguida de redução: Arraial Velho > Campo Largo > Nossa Senhora de Santana do Campo Largo > Barão de Cotegipe > Cotegipe;

j) mudança dentro de uma mesma categoria: Rio Alegre > Coribe; Itajuí > Várzea Formosa > Formosa do Rio Preto; Riacho das Neves > Riachão das Neves.

Numa tomada panorâmica, observa-se que, ao longo da história da região, a tendência para a nomeação dos atuais municípios com nomes de origem portuguesa (37 dos 52 topônimos = 71,15%), seguidos de nomes de origem Tupi (7 = 13,47%), de hibridismos luso-tupínicos (4 = 7,69) e luso-europeus (4 = 7,69).

Os processos de formação mais recorrentes dessa toponímia histórica estão indicados no quadro 5:

**Quadro 5: Toponímia Histórica da Região Oeste da Bahia:
processos de formação**

processo	quantidade	%
nome + SP	17	32,7
justaposição	13	25
sufixação	6	11,53
nome + adj	5	9,60
hibridismo	4	7,7
formas simples	4	7,7
aglutinação	3	5,77

Quanto às categorias toponímicas, foram registradas as seguintes, em ordem decrescente de ocorrência:

Quadro 6: Categorização da Toponímia Histórica da Região Oeste da Bahia

categoria	referências: nomes de	quantidade	%
hagiotopônimos	santos (do hagiológico romano ou não)	15	28,84
hidrotopônimos	rios e cursos d'água	10	19,23
antropotopônimos	pessoas (com títulos ou não)	8	15,38
fitotopônimos	plantas	7	13,46
animotopônimos	estados de alma	2	3,84
geomorfotopônimos	acidentes de relevo	2	3,84
lítotopônimos	elementos do reino mineral	2	3,84
zootopônimos	animais	2	3,84
dimensiotopônimos	dimensão dos acidentes geográficos	1	1,2
ergotopônimos	(locais de) trabalho	1	1,2
etnotopônimos	nomes étnicos e adjetivos pátrios	1	1,2
sociotopônimos	sociedades e civilizações	1	1,2

Cruzando todas essas informações com as relativas às categorias toponímicas, chega-se ao quadro-resumo da próxima página.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo-piloto, podemos verificar que:

1) na toponímia como um todo, histórica ou atual:

a) há uma frequência de determinados itens lexicais e de determinadas lexias;

b) há uma preferência generalizada por nomes de origem portuguesa, seguido de nomes de origem Tupi;

c) não há registro de topônimos municipais de procedência africana;

d) a existência de antropotopônimos revela um caráter laudatório do denominador da região, que rende homenagens a personalidades, sobretudo do meio político, numa tentativa de eternizá-las.

2) no plano sincrônico:

a) a maioria dos atuais topônimos municipais do Oeste da Bahia têm conteúdo descritivo e está originalmente associada à fauna e à flora nativas, à religiosidade e a nomes de brasileiros ilustres;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

b) em sua maioria, esses nomes são de origem portuguesa e pertencem a duas classes fundamentais: os fitotopônimos, formados por sufixação; e os hagiotopônimos, constituídos por nome seguido de sintagma posposicional;

c) como uma zona de colonização antiga, o Oeste da Bahia apresenta uma relativa concentração de topônimos de origem Tupi, puros ou híbridos, com ocorrência de morfemas lexicais;

d) de fato, há uma concentração de arcaísmos linguísticos na nomenclatura de em municípios mais antigos;

3) na década de 1960, foi comum o surgimento de topônimos formados a partir de hibridismos em que constam um formante português e um outro, de língua européia, normalmente o lexema grego *polis* e o inglês *land*;

Quadro 7: Topônimos da Região Oeste da Bahia: categorização, procedência e processos de formação

categorias	FORMAS DE ORIGEM PORTUGUESA					TUPI-NISMOS		HIBRIDISMOS		
	formas simples	sufixação	justaposição	aglutinação	nome + adj	nome + SP	formas simples	aglutinação	uso-tupis: nome + SP	uso-europeus: justaposição
hagiotopônimos	-	-	4	1	-	9	-	-	-	1
hidrotopônimos	1	-	-	3	2	3	-	3	-	1
antropotopônimos	2	1	2	-	-	-	-	1	1	1
fitotopônimos	-	3	1	-	-	-	1	-	1	1
animotopônimos	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
geomorfotopônimos	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
litotopônimos	-	-	-	-	1	-	-	(1) ¹⁸	-	-
zootopônimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dimensiotopônimos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
ergotopônimos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
etnotopônimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
sociotopônimos	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-

¹⁸ Na verdade, uma justaposição (Ibipetuba), que aqui incluímos por questão de economia.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

4) no plano diacrônico:

a) as mudanças não podem ser padronizadas, visto que ocorreram em épocas muito diversas, mas algumas tendências gerais podem ser observadas;

b) há o registro de categorias toponímicas não encontradas na atual sincronia;

c) a presença de muitos hagiopônimos é um indicativo da antigüidade do sentimento de religiosidade entre a população do Oeste baiano;

d) o registro de hidrotopônimos e fitotopônimos mostra o caráter descritivo da antiga toponímia da região, que hoje não é tão presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, José Capistrano de. *Capítulos da história colonial: 1500-1800*. Rio de Janeiro: Briguet, 1969.

ABREU, José Capistrano de. *Os caminhos antigos do povoamento do Brasil*. Brasília: EdUnB, 1993.

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*. 3a. ed. reform. São Paulo: Moderna, 1998.

AGUILERA, Vanderci de Andrade & BERGANTINI, Vivian. “Nome e lugar: o lugar da mulher na toponímia paranaense”. *Boletim 42*: revista da Área de Humanas. Londrina: EDUEL, jan/jun. 2002.

ALBINO, Lúcia. “O resgate do nacional na denominação dos municípios paranaenses”. *Atas do III SELISIGNO*. Londrina: EDUEL, 2002.

ALMEIDA, Ignez Pita de. *Oeste baiano: agenda/livro*. Barreiras: Edição da Autora, 1999.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *Animotopônimos e litotopônimos do Paraná*. XXX Encontro do GEL, [s.n.e.].

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *Novos topônimos paranaenses*, [s.d.b.].

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. *A estrutura dos topônimos paranaenses*. Londrina: Celsul, 2000.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de & ALBINO, Lúcia. “Os rios do Paraná e sua influência na toponímia do Estado”. *XLVIII Seminário do GEL*. Assis: UNESP, 2000.

ALMEIDA, Maria Antonieta Carbonari de. “Topônimos paranaenses menos frequentes”. *V CELSUL*: Curitiba: UFPR, 2002.

BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI. CD-Room, 2003.

BARREIRAS. *Resumo histórico de nossas origens*. Barreiras: Prefeitura Municipal, 2001.

BOSI, Alfredo. *Dialética na colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: 1988; texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. 17ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (ed.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. (2ª ed.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, v.1 (389 p.). v.2 (518 p.).

CALDAS AULETE, J. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa, 1881.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

CARDOSO, Armando Levy. *Amerigenismos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras de origem Tupi*. (2ª ed.) São Paulo: Melhoramentos, 1998.

DAUZAT, Albert. *La toponymie française*. Paris: Payot, 1971.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. “Atlas toponímico: um estudo de caso”. *Acta Semiótica et Linguística*, v.6. Londrina: SBPL/Plêiada, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário básico da língua portuguesa*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

GARCEZ, Aroldo. *A saga da lei: o julgador, o crime, o castigo*. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

GARVIN, Paul & LASTRA DE SUÁREZ, Yolanda. *Antologia de estudios de etnolingüística y sociolingüística*. México: Universidade Nacional Autónoma de México/Instituto de Investigaciones Antropológicas, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, 2v.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978, 2v.

HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, vol 20-21.

JACQUES, Paulino. *Curso de direito constitucional*. 10ª ed. ref./at. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. São Paulo: Confluência, [s/d.], 2351 p. (3v).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1957.

MELO, Gladstone Chaves de. "A influência Tupi". In: Id. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946, p. 33-58.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955, 2v.

NEIVA, Arthur. *Estudos da língua nacional*. São Paulo: Nacional, 1940.

PAMPLONA, Luiz G. *Barreiras: bê-a, ... da Barra prá cá!*. Barreiras: [s/ ed.], 2002.

PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Nomes próprios de origem Tupi no Brasil do século XIX*. Salvador: UFBA – Dissertação de Mestrado [digitado], 1999.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional*. 5ª ed. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde. [Edição revista por Frederico Edelweiss], 1957.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª ed. Salvador: EDUFBA/EDUSP, 2003.